

Degração Audiência Pública RIVI PORTO VASCONCELOS II

Empreendedor: Incorporadora e Construtora Porto Vasconcelos Limitada

Empresa responsável pelo estudo: 2Geo - Geotecnologia

Legenda:

(mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

Expressão(?) *dúvida no entendimento escrito*

Senhora Natália Almeida (00:21)

Olá pessoal, boa noite a todas e todos. Sejam aqui muito bem-vindos à mais uma audiência pública de estudos ambientais do Instituto Brasília Ambiental dando boas-vindas e agradecendo também a presença, né, de todas e todos aqui ao vivo e agradecendo àqueles que porventura estejam assistindo em uma outra ocasião hoje, na data de 26/09/2024 iniciando agora às 19h a nossa audiência. Então, vamos lá. Hoje nós vamos fazer a apresentação e a discussão do relatório de impacto de vizinhança, o RIVI, para o parcelamento de solo denominado PORTO VASCONCELOS II. É um parcelamento de solo em fase de licença prévia, localizado na DF 140, na Fazenda Santa Bárbara, matrícula 11844, e fica situado na região administrativa do Jardim Botânico, RA 27, Brasília, DF. Então, hoje nós temos uma previsão, né, de encerramento para as 22:00 da nossa audiência. Durante esse tempo já temos aí incluído o intervalo, tempo para contribuições, pergunta e a exposição técnica também. Embasamento legal da nossa audiência, ele está previsto inicialmente na Lei Distrital 5081 de 2013, na resolução CONAMA número 9 de 87, na Instrução Normativa número 11 de 2024, que foi a nossa última publicação em relação as audiências públicas. Vocês poderão ver que que nós temos a nossa transmissão em sinais na língua brasileira de sinais em Libras. E essa foi uma das últimas novidades que tivemos aí na nossa transmissão. Então vamos para os dados do processo. O processo de licenciamento ambiental que corre aqui no Brasília Ambiental é o processo 0039100008484/2021-85. O empreendimento novamente se denomina PORTO VASCONCELOS II, localizado na DF 140, Fazendo a Santa Bárbara, matrícula 11844, na Região Administrativa do Jardim Botânico. Estamos na fase aqui de licença prévia. O parcelamento do solo urbano é um novo parcelamento do solo. O interessado, nesse caso o empreendedor, é a Incorporadora e Construtora Porto Vasconcelos Limitada e a empresa que foi responsável pela elaboração do estudo, no caso do relatório de impacto de vizinhança, foi a empresa 2 Geotecnologia.

Então, novamente, indo para os nossos regramentos e todo o fluxo do processo de licenciamento ambiental e desta audiência, o aviso foi publicado conforme os dispositivos legais. De acordo com o Artigo Quinto da Lei 5081, de 2013, também no site do Brasília Ambiental, nas redes sociais, conforme prevê a Instrução Normativa número 11, de 2024, do IBRAM. Essa audiência, ela tem o objetivo de apresentar e discutir o relatório de impacto de vizinhança que foi elaborado para esse empreendimento, PORTO VASCONCELOS II, colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, seguindo aí, a legislação em vigor, especialmente a Resolução número 9 de 87 e a Lei 5081, de 2013. Novamente, só para lembrá-los como ocorre o processo de licenciamento ambiental para atividade de parcelamento de solo é um procedimento que ele é trifásico. Primeiro consiste na licença prévia, que é o que atesta a viabilidade ambiental do empreendimento. Na sequência, a gente tem a segunda etapa aqui, a licença de instalação, que autoriza o início das obras. E a licença de operação, por fim, a terceira etapa que prevê ali a conclusão de toda a instalação e no caso do parcelamento de solo, já indica que não há nenhuma obra adequação a ser feita até ali e o cumprimento de todas as exigências ambientais que foram colocadas ao longo do processo. Essa audiência ela não é um fórum de decisão, ou seja, a gente vai ficar aqui é além da exposição, nós vamos escolher contribuições e tudo isso vai servir para a formação do convencimento técnico das equipes responsáveis pela análise do processo sobre a viabilidade ou não deste projeto. A transmissão dessa audiência ela corre aqui no nosso canal do Brasília Ambiental no YouTube, mas temos um ponto de acesso presencial para aqueles que não têm condição de acessar individualmente ao canal do Brasília Ambiental. E o nosso endereço para aqueles que têm dificuldade e acessar a internet individualmente ou que preferirem, enfim, participar da audiência em conjunto com a equipe, o endereço vai ser no Condomínio Estância del Rey, no Setor Habitacional Tororó, no salão de festas. Então, é este o ponto de transmissão onde quaisquer interessados poderão acompanhar também essa audiência. E lá no nosso ponto temos servidores e a equipe técnica, servidores do Brasília Ambiental e a equipe técnica também responsável pela transmissão. E logo mais nós faremos contato com o pessoal que está lá no local, no Condomínio Estância del Rey. Então, nós vamos agora passando para o regramento de como vem essas contribuições. Qualquer pessoa pode se manifestar na audiência através da inscrição de fala, sinalizando o moderador da nossa sala de transmissão aqui ou também no ponto de acesso para aqueles que estiverem no ponto de acesso também podem se manifestar oralmente e peça inscrição para fala no momento oportuno. Através de preenchimento de formulário que vai ser encaminhado para o e-mail do Brasília Ambiental, que está aqui na descrição desse vídeo ou mesmo é através do nosso canal de WhatsApp. Então, logo mais vou passar detalhadamente esses números, né, esses contatos. Em relação às contribuições, nós solicitamos que ela tem a identificação de cada um dos participantes, com nome completo. E se por um acaso, representa alguma instituição, alguma entidade, por favor identificar também essa instituição, essa entidade. E as mensagens que

porventura venham sem essa identificação, nós não faremos a leitura, certo? Então, por favor, atenha-se aí a esse detalhe, na hora de se manifestar. Essas contribuições nós solicitamos que sejam feitas de forma bastante objetiva, voltadas de fato para os aspectos que forem apresentados aqui no estudo, sobretudo aqueles que têm referência em relação com o licenciamento ambiental, aspectos ambientais. Eventuais assuntos que saia um pouco desse tema, nós aqui faremos o possível para tentar sanar as dúvidas dos participantes, no entanto, nós pedimos para que façam isso da forma mais clara possível, para que a pergunta seja objetivamente respondida. Para aqueles que forem fazer uso da palavra, oralmente, o tempo de fala prevista são 3 minutos. Se a pessoa for um acaso, representa uma entidade esse sempre ele estendido até 5 minutos. Essas perguntas e manifestações, elas serão lidas e respondidas na ordem em que chegarem. No entanto, por questões de organização, a gente pode agrupá-las por temas para assim ter um melhor aproveitamento do conteúdo e poder fazer algum tipo de relação entre as contribuições e perguntas que chegarem por tema. E se não houver tempo hábil para responder a todas as perguntas, elas serão respondidas posteriormente, individualmente endereçadas a cada um dos remetentes e todas elas serão incluídas na ata completa dessa audiência. Independente de terem participado ou não da transmissão ao vivo, qualquer cidadão poderá no prazo de até 10 dias, contado da data de hoje de transmissão, encaminhar suas contribuições para os e-mails da Superintendência de Licenciamento Ambiental. O e-mail é o S.U.L.A.M., M de Maria, sulam@ibram.df.gov.br, ou licenciamento.ibram@gmail.com. Essas perguntas serão posteriormente respondidas, como eu lhes disse anteriormente, e serão incluídas na ata completa. Essa ata completa ela, é publicada em até 30 dias a partir dessa data de hoje a data da transmissão. O vídeo continua salvo aqui. Esse vídeo nessa transmissão continua salva no canal do Brasília Ambiental no YouTube e mais informações e maiores detalhes vocês podem conferir sobre o regulamento dessa audiência no nosso site no site do Brasília Ambiental, www.ibram.df.gov.br. A duração dessa audiência são 3 horas de previsão, já incluído o tempo de apresentação, abertura, apresentação técnica, intervalo, contribuições, encerramento. A exposição técnica ela tem uma previsão de 30 minutos, podendo ser concedido um tempo adicional de 15 minutos, podendo ir até 45 minutos. O tempo de intervalo previsto são 15 minutos. E após o retorno do intervalo, teremos aí até às 22:00 para finalizarmos as dúvidas, respostas às dúvidas e contribuições de todos. Então, encaminhando já para o final aqui da leitura e da abertura, né, do nosso, da nossa audiência e a leitura desse regramento, eu vou passar a palavra na sequência, a coordenadora do estudo ambiental engenheira Paula Romão. Ela é representante da 2 Geotecnologia. Ela fará a apresentação do relatório de impacto de vizinhança. E nesse momento eu desejo a todos uma boa audiência, desejar a Paula uma boa apresentação e que nessa audiência a gente possa sair daqui com todas as dúvidas sanadas e com maior conhecimento sobre esse projeto. Então, mais uma vez agradeço a audiência de todas e todos aqui em nome do Brasília Ambiental e até logo a gente volta já com a parte da das perguntas e das contribuições. Obrigado.

Senhora Paula Romão (12:00)

Boa noite. Boa noite. Meu nome é Paula Romão. Eu sou engenheira ambiental e coordenadora desse estudo que é o relatório de impacto de vizinhança, RIVI, do parcelamento de solo urbano PORTO VASCONCELOS II. Para análise, o pedido de licença prévia foi autuado o processo 0039100008484/2021-85. Aqui nesse primeiro slide, a gente tem uma foto aérea da área do empreendimento. A razão social do interessado é Incorporação e Construtora Porto Vasconcelos Limitada e a empresa responsável pela elaboração do estudo ambiental é a 2Geo Geotecnologia. A equipe técnica responsável pela elaboração do estudo é composta por engenheiro ambiental, geógrafo, geólogo, antropólogo e arqueólogo e sócio economista, engenheiro florestal e biólogo. O empreendimento, ele está localizado na DF 140, na altura do quilômetro 4,2 na Região Administrativa Jardim Botânico e se trata de uma gleba desmembrada da Fazenda Santa Bárbara, inscrita na matrícula 11844 do Segundo Ofício de Registros. Bom, essa gleba ela tem 2,102 há, foi considerada como área parcelável 16.072,12 m². É 4.947,89 m² foi considerado como área não parcelável devido à faixa de domínio da DF 140 e dessa forma, na área parcelável, foram distribuídos 10 lotes conforme vocês podem visualizar na imagem. São 10 lotes, sendo 9 comerciais, que são esses na cor vermelha que ficam virados para DF 140. Um lote é residencial, de tipologia de casas, que será constituído como um condomínio denominado PEDEU e terá 14 unidades residenciais. As demais áreas na cor verde, se tratam de áreas públicas destinadas a espaços livres de uso público, incluindo um local para alocação de bacia de águas pluviais. Aqui tem um detalhamento maior do desenho urbanístico, com os tipos de uso. As unidades residenciais que ficam dentro do lote de PEDEU elas é variam de 401 m² a 418 e os lotes comerciais eles variam de 394 m² a 460,28. Em relação à população fixa e se refere à população residencial tendo em vista que a área ela está inserida em 2 zonas de ocupação, não é, conforme diretrizes regionais do setor e também a diretrizes urbanísticas específica que foi emitida para esse parcelamento. Então, com base nessas definições a gente está trabalhando com 46 habitantes para área de uso residencial, que corresponde às 14 unidades autônomas e a densidade média é de 42,40 habitantes por hectare. No trecho que fica frontal a DF 140, conforme a DIUPE do empreendimento, é possível na faixa de 100 m, adotar um acréscimo de população para os usos residenciais. No entanto, não foi definido nenhum tipo de uso residencial nesse trecho, apenas os 9 lotes comerciais, então, não têm uma população fixa específica para esse tipo de uso. Nesse caso uma população flutuante e foi estimada conforme área total que vai ser ocupada por esses lotes, que é 3.880 m², considerando que 0,1 pessoa por metro quadrado. Então, fazendo nessa multiplicação a gente tem uma estimativa de população flutuante de 388 pessoas. Quanto a localização do empreendimento em relação ao PDOT, ele está situado na zona urbana de expansão e qualificação. Ainda em relação ao PDOT, quanto a definição de conectores ambientais, o

empreendimento fica a 2,3 km do Ribeirão Cachoeirinha, que é o conectou ambiental mais próximo. Em relação ao PDOT, quanto as áreas de proteção de mananciais, as APP, a APP mais próxima, é a cabeça de Veado que fica a 4,1 km do empreendimento. Quanto as unidades de conservação que possuem alguma interferência com o empreendimento, ele se situa na APA do Planalto Central, especificamente na zona de uso sustentável, ZUS. E conforme o plano de manejo da APA do Planalto Central nessa zona precisa seguir algumas diretrizes, dentre elas a questão do limite de impermeabilização na gleba e fica restrita a 50% e fica proibido também o corte de espécies arbóreas nativas existentes nas áreas verdes delimitadas pelos projetos de urbanismo de novos empreendimentos e recomenda ainda, que se tenha adoção de medidas de proteção do solo para evitar processos erosivos, assoreamento de nascentes e cursos da água e que os empreendimentos favoreçam a recarga natural e artificial dos aquíferos. Então, essas são as diretrizes a serem seguidas para a implantação do empreendimento. Outra sobreposição que ocorre com parcelamento é a zona de amortecimento 5 do Parque Distrital Salto do Tororó. Ainda não tem uma definição de diretrizes de ocupação nessa zona, por conta que o plano de manejo dessa UC ainda está em processo de aprovação. Em relação ao raio de 2 km em relação ao empreendimento conforme a CONAMA 428 de 2010, não tem interferência do empreendimento com quaisquer unidades de conservação distrital ou federal sobre as APP. A APP mais próxima, que é de Borda de Chapada ela fica a 650 m do empreendimento, conforme pode ser visualizado. Quanto a inserção do empreendimento em bacias hidrográficas de acordo com o mapa do Distrito Federal, referente a hidrografia, o empreendimento ele fica na unidade hidrográfica do Ribeirão Santana, na bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu. Quanto ao zoneamento ecológico econômico, o parcelamento ele se sobrepõe na subzona ecológica econômica de diversificação produtiva e serviços ecossistêmicos número 6. Essa subzona, ela é destinada à proteção da integridade da área núcleo da reserva da biosfera do cerrado, corredores ecológicos e conectores ambientais por meio do controle da impermeabilização do solo, assegurando prioritariamente, entre outras atividades, os usos compatíveis com os riscos ecológicos altos e colocalizados definidos pelo ZEE. Bom, quanto ao meio físico as áreas de influência definidas para esse meio em relação ao diagnóstico ambiental que foi feito na área que levantou as características do tipo de solo, geologia, hidrogeologia, declividade, geomorfologia. A área de influência direta foi definida como a poligonal do parcelamento e a área de influência indireta é a bacia do Córrego Santa Bárbara, conforme pode ser visualizado na figura. Considerando os possíveis caminhamentos de águas pluviais do empreendimento e a influência indireta desse empreendimento no contexto da bacia hidrográfica. Quanto a geologia, a área se sobrepõem a formação Córrego do Sansão. Essa unidade geológica ela é do grupo Paranoá. Ela é representada por metarritmitos com intercalações de metalamitos e metassiltitos e níveis de quartzitos. Quanto a hidrogeologia, o subsistema é o R 4, está inserido num sistema Paranoá. E a litologia predominante é o metarritmitos argiloso, sendo que a vazão média do domínio fraturado

desse subsistema é de 4,6 l por hora. Quanto a pedologia, é apesar dos dados secundários, né oficiais apontarem que na região teria um latossolo e levantamento de campo, foi verificado que o tipo de solo é o neossolo quartzarênicos. Esses solos, eles são pouco evoluídos e não manifestam diagnóstico no horizonte subsuperficial, refletindo a pedogênese limitada. Em geral, os neossolo apresentam características hereditárias do material parental e possui uma coloração amarelada que se desenvolvem na maioria em relevos planos a suave ondulados. Em relação ao segundo nível categórico desse tipo de solo, ele é classificado como solo quartzarênicos por apresentar uma textura arenosa com menos de 15% de argila. Aqui tem algumas fotos, né, 2 fotos de perfil do neossolo que foi encontrado na área. Na área, foram distribuídas 2 sondagens SPT, né, que são as sondagens a percussão. E no SPT 1 o nível do lençol freático Ele foi encontrado a 1,10 m. Nos primeiros 1,45 m o solo foi caracterizado por areia marrom com pedregulhos, pouca argila e pouco compacta. De 2 a 2,45 m apresentou a areia de coloração cinza pouco siltosa de compactidade mediana. De 3 a 4,45 apresentou silte cinza compacto e de 5 a 5,24, que foi o limite da sondagem, apresentou silte de coloração cinza e muito compacto. No SPT 2, o nível do lençol freático, ele foi encontrado a 1,55 m. Os primeiros 1,45 m apresentou um solo com característica de areia fofa, de coloração variegada com pedregulhos. De 2 a 2,45 m apresentou a areia pouco compacta, de coloração variegada com pedregulho. De 3 a 3,45 m silte medianamente compacto. De 4 a 5,35, que foi o limite da sondagem apresentou silte arenoso de coloração variegada, sendo que entre 4 e 4,45 m se apresentou compacto e a partir dos 5 m muito compacto. Devido às características observadas nas sondagens os solos são arenosos, pouco compactos, seguidos de solos siltosos compactos de maneira que a compactidade ela aumenta com a profundidade. Observa se ainda que de maneira geral o lençol freático ele é pouco profundo, o que requer uma maior atenção nas definições dos métodos construtivos para infraestrutura. Ainda para verificação das características do solo foi feito os ensaios de infiltração para verificar quando a condutividade hidráulica. Foram utilizadas 2 metodologias, a de anéis concêntricos onde o resultado da condutividade foi 10 a menos 5, que representam a condutividade alta e o método *open the holy*, onde foram avaliadas as condutividades a 60 cm e a 80. A 60 cm, essa condutividade é ficou 10 a menos 6, que é uma condutividade já moderada e conforme foi aprofundando para 80 cm, essa é condutividade ela por 10 a menos 7, que caracteriza uma condutividade baixa. Quanto a geomorfologia o parcelamento ele está inserido na unidade geomorfológica de plano elevado. A declividade da área a ser parcelada ela está variando de 0 a 8%, que quer dizer que ela varia de plano a ondulado, tendo que predomina as declividades entre 3 a 8%. Com relação, avaliando a declividade da área, o tipo de solo e o tipo de cobertura vegetal e as ocupações, foi feito uma análise de suscetibilidade à erosão. Então o cruzamento dos pesos, né, desse de cada categoria dessa, gerou uma área com uma suscetibilidade predominantemente moderada. Isso aponta, né, para a necessidade de que haja medidas mitigadoras dos impactos ambientais relacionados a suscetibilidade à erosão durante a implantação do empreendimento. Com

relação ao meio biótico, que abrange o diagnóstico de flora e de fauna. As áreas de influência são as mesmas do meio físico, sendo a AID a poligonal do parcelamento e AII a bacia do córrego Santa Bárbara. Com relação à flora, foi feito o inventário Florestal com a metodologia de senso, onde foram contabilizadas todas as árvores nativas que estão situadas no empreendimento, obedecendo aos critérios estabelecidos na norma. Foram totalizados 95 indivíduos isolados. No entanto, fins de da compensação florestal são considerados apenas as espécies tombadas que são essas apresentadas no quadro. O cálculo da compensação ele em termos de pecúnia, para fins ilustração, conforme a normativa, ele ficou em R\$ 2.646,00. Sendo que desses 50% é destinado ao IBRAM, os outros 50% ao FUNAM, que é o Fundo de Meio Ambiente. E mais R\$99,00 que se refere à 7,5% de taxa de administração dos recursos do FUNAM. Totalizando é R\$1.422,225. No caso do que vai ser destinado ao FUNAM. Quanto a fauna tendo em vista que a área parcelável, ela é menor do que 2 ha, ela se enquadra pela IN 12 de 2022 dispensa do estudo faunístico. Dessa forma, cabe apenas para a fase de licença de instalação a documentação de levantamento de fauna para fins de ASV, de autorização de supressão vegetal. Quanto ao meio socioeconômico as áreas de influência definidas foi a AII sendo a poligonal do parcelamento e como área de influência indireta RA do Jardim Botânico. A região administrativa como um todo e engloba a área do parcelamento. Especificamente quanto ao diagnóstico realizado sobre os equipamentos públicos existentes na RA do Jardim Botânico, quanto a educação, observa-se que existem 2 estabelecimentos públicos de ensino. Um no Jardim Botânico e outro no Tororó, porém outros estão em construção. Abaixo, tem os registros fotográficos desses centros. Quanto à saúde, observou-se em maio foi inaugurada, em maio de 2021 foi inaugurada a UBS 1 dos Jardins Mangueiral e às margens da DF 140 UBS 5. Quanto à segurança, o Terceiro Batalhão de Polícia Rural ele serve como um apoio, desculpa, tem uma base de apoio na proximidade do empreendimento que ela serve para apoiar o Terceiro Batalhão da Polícia Rural. O transporte público ele é oferecido pela empresa privada Pioneira e conta com 640 ônibus. Bom, agora a gente vai adentrar nas diretrizes urbanísticas específicas que nortearam a elaboração do estudo preliminar urbanístico do parcelamento que a DIUPE 01 de 2022. E inicialmente para elaboração do desenho urbanístico foi considerada a manifestação do DER que ele pontou a existência da faixa de domínio da DF 140, que deve ser respeitada, assim como a faixa não edificante de 15 m, conforme a Lei 6766 de parcelamento do solo. Bom, quanto às diretrizes de uso e ocupação que nortearam o estudo preliminar urbanístico se observa na primeira figura, o sistema viário estruturante e a partir dele os tipos de uso que podem ocorrer para o parcelamento. Então, como eu falei anteriormente, eles se sobrepõem com a zona b, que são áreas de baixa e média sensibilidade ambiental e onde podem ocorrer esses usos que estão aparecendo no slide, que são usos residenciais, comerciais e institucionais e também se sobrepõem com a zona de ocupação da via de circulação nível um e DF 140, que é a faixa de 100 m a partir da rodovia, onde pode ocorrer o adensamento populacional. Na tabela 1, que também foi obtida da DIUPE 01 de 2022 apresentada a lista dos usos que podem

ocorrer conforme a inserção do parcelamento nessas 2 zonas, qual é o coeficiente de aproveitamento básico, o de aproveitamento máximo, a altura máxima e a taxa de permeabilidade mínima. Bom, então aqui, a partir dessas diretrizes foram definidos a distribuição dos usos, os lotes e que corresponde a esses quadros sínteses apresentados abaixo. Então, como pode ser observado a gente tem o lote de PEDEU que é de uso residencial em tipologia de casas e corresponde a um lote de 6728,48 m². Temos os 9 lotes de uso comercial, que corresponde a 3880,27 e às áreas públicas que corresponde à ELUP, ao EPU, onde vai ter a bacia de drenagem de águas pluviais e o sistema de circulação também. Então assim, as áreas públicas referentes à ELUP e a EPU, elas correspondem a 15,02, excetuando o sistema de circulação. Nesse quadro, do lado direito é o quadro especificamente do lote de PEDEU, onde tem os usos residenciais, que corresponde àquela distribuição de 14 unidades habitacionais. Também foram definidas áreas comuns, sistema de circulação e temos também a taxa de permeabilidade específica, taxa de ocupação, a população estimada que é 46 habitantes e o coeficiente básico é 0,84. O coeficiente de aproveitamento máximo também é 0,84. A taxa de ocupação é de 39% e a taxa de permeabilidade é de 51%. Bom, aqui ainda em relação aos parâmetros urbanísticos para o parcelamento como um todo, foram definidos os parâmetros para o lote específico do PEDEU das unidades residenciais e os de uso comercial. Então, aqui nesse quadro tem os parâmetros que se referem ao coeficiente de aproveitamento básico que é 0,84 para o PEDEU e 1 para os lotes comerciais. O coeficiente é máximo, que é e 0,84 também para os do PEDEU e 2,5 para comercial. Taxa de ocupação em porcentagem é 33% para o residencial e 31% para comercial. Taxa de permeabilidade de 50,23 para os residenciais e 59 para comerciais. Altura máxima de 9,5 para residência e 15,5 para comércio. Quanto à permeabilidade foram adotadas as diretrizes do plano de manejo da APA do Planalto Central e dispõe o limite máximo de impermeabilização de 50%. Então, dessa forma, essas taxas de permeabilidade elas foram distribuídas a atender 50% máximo. Então, aqui nesse slide a gente observa que a distribuição da permeabilidade do parcelamento ficou em 50,11. Do PEDEU ficou em 50,23. Então a do parcelamento como um todo ficou em 50,11, atendendo as diretrizes do plano de manejo da APA do Planalto Central. E também a de DIUPE 1 de 2022. Com relação a densidade populacional, é como eu falei anteriormente, ela foi dividida a poligonal do parcelamento, ela se sobrepõem na zona B, na zona da via de circulação nível um e DF 140, onde pode ocorrer o adensamento de população. Mas essa densidade adensada ela não foi utilizada no projeto urbanístico, ela não foi adotada. Então, a população é residencial que a gente chama de fixa. Ela foi igual a zero e no trecho onde a densidade é média, é de 50 habitantes por hectare, houve a estimativa de 46 habitantes, considerando que foram definidas 14 unidades autônomas dentro do lote do PEDEU e uma média de população por unidade de 3,3 habitantes. Então, a densidade média ficou em 42,4 habitantes por hectare. Sobre as diretrizes do sistema viário observa-se o sistema estruturante que é formado por via de circulação expressa, que é a DF 140, e a via de circulação de vizinhança 1, conforme já foi informado

anteriormente. Aqui é a proposta do sistema viário do urbanismo incluindo a ciclovia, conforme pode ser observado ali no trecho da via de circulação de vizinhança¹ e internamente ao lote do PEDEU tem a via de circulação de vizinhança 2 e dá acesso a via de circulação de vizinhança 1. Quanto às diretrizes de áreas públicas foi definido pela DIUPE 01 de 2022, que os 15% de áreas públicas deveriam ser distribuídos como espaço livre de uso público. Então, dessa forma, o estudo urbanístico ele adotou 1.830,97 m² para ELUP e 583,76 m² para EPU, que é local onde vai ser inserida a bacia de retenção da drenagem pluvial. Então, totalizou 15,02% de áreas públicas para o parcelamento. Bom, em relação à infraestrutura para o parcelamento a SEDUH fez a consulta as concessionárias de serviços, conforme pode ser observado. Em relação ao sistema de drenagem pluvial, a NOVACAP se manifestou informando que não há interferência do parcelamento com rede pública implantada ou projetada e que não tem capacidade de atendimento e dessa forma, o empreendedor deverá elaborar o seu projeto individual em atendimento ao termo de referência da NOVACAP e as normas da ADASA. Nesse sentido, o foi dimensionada a vazão gerada pelo empreendimento e foi lançada a rede de drenagem, que é a rede um. Então, foi considerada a área do parcelamento com uma área de contribuição, o tempo de retorno foi avaliado de 10 e 15 anos, o coeficiente adotado foi de 0,6. Vocês podem observar a planta que mostra a rede na cor azul e a bacia, que é uma bacia de infiltração. Então não vai ter lançamento de águas pluviais em corpo receptor, em algum córrego. Então, vai ser um reservatório de infiltração. O volume a ser armazenado vai ser de 600,97 m³. O tempo de esvaziamento é de 4,5 horas, a cota máxima de NA vai ser 1123.68. Então, o volume armazenado ele ainda vai ser superior ao previsto pela ADASA. Com relação ao sistema de abastecimento de água, a CAESB foi consultada ela fez uma estimativa de vazão, vazão média de água e de esgoto no caso específico, a gente está tratando do abastecimento de água. Então ela considerou uma população de 105 pessoas para o parcelamento e uma vazão média de 0,39 l por segundo. Ela informou também que não tem capacidade de atendimento ao parcelamento conforme pode ser observado, então, teve que também desenvolver um sistema provisório específico para o parcelamento com base em poço tubular. Vazão estimada para o projeto foi de 0,93 l por segundo, considerando que a população é de 46 habitantes fixos e uma estimativa de 388 pessoas de população flutuante referente a área comercial. Então, nesse sentido a vazão estimada, ficou em 0,62, a vazão máxima diária e a capacidade do reservatório necessária para o empreendimento são de 18000 l. Também está previsto um sistema de tratamento simplificado, conforme pode ser observado e assim se desenvolveu a concepção que, no caso, como a gente está na fase de licença prévia do empreendimento, foram trabalhadas as concepções dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto. Então, no caso do esgoto, também não tem interferência com rede implantada, não tem atendimento à população, então também vai ser adotado um sistema provisório para atendimento da população enquanto a rede pública não chega ao local. Então, a vazão média de esgoto, ela foi calculada em 0,20 pela CAESB, considerando a população de 105 pessoas, porém,

tendo em vista a necessidade de uma solução provisória o empreendimento e foi adotado o sistema fosso, fossa séptica/sumidouro ou valas de infiltração. Então, foi feito o dimensionamento para lotes residenciais e para lotes comerciais separadamente conforme pode ser observado. Quanto ao atendimento de energia elétrica, quanto a distribuição especificamente, a Neoenergia se manifestou informando capacidade de atendimento, sendo necessário o envio de projeto elétrico na fase pertinente do parcelamento. Informou também a existência de interferência com rede de distribuição existente. Quanto a CEB, trata da parte de iluminação pública, foi informado que também tem interferência, não há interferência, desculpa com rede de iluminação e que deve ser realizado o projeto específico pelo empreendedor. Quanto ao SLU, esse atestou a capacidade de coleta dos resíduos sólidos, desde que não passe dos 120 l por dia. Quanto a arqueologia o IPHAN se manifestou dando a anuência para as licenças ambientais tendo em vista que o empreendimento conforme IN do IPHAN 01 de 2015, ele foi classificado como nível um, então o empreendedor ele assinou um termo de compromisso com o IPHAN, atestando que se encontrar algum artefato arqueológico, algum sítio, ele irá adotar as providências cabíveis. A partir desse termo de compromisso, o IPHAN emite a anuência. Bom, quanto aos impactos ambientais, a partir do diagnóstico que foi feito na área, quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico foram levantados os impactos ambientais incidentes na área referente às fases de aprovação do parcelamento, que é a fase de planejamento, implantação e ocupação. A metodologia utilizada é a lista de checagem e a classificação dos impactos, ela foi feita quanto à natureza, a ocorrência, incidência, abrangência, duração, tempo, reversibilidade e magnitude. Bom, então aqui a gente tem alguns exemplos de impactos positivos, principalmente com relação ao uso e ocupação do solo de forma ordenada, a partir de um planejamento urbanístico de infraestrutura. A valorização das terras, a recomposição vegetal da cobertura vegetal com relação aos trechos onde não vai ter ocupação urbana. Qualidade de vida local por ser um empreendimento que está sendo planejado e com todos os projetos em aprovação. Geração de empregos, renda e tributos. Os impactos negativos foram abordados aqui no slide, divididos em efetivos e potenciais. Efetivos são aqueles que realmente são decorrentes da atividade de parcelamento de solo, quando da implantação da sua infraestrutura e depois a sua ocupação. Então, a gente tem aqui retirada da cobertura vegetal, redução da diversidade genética da flora, remoção da camada superficial do solo que gera também uma eliminação dos bancos de sementes, vulnerabilidade do solo à erosão, compactação e impermeabilização do solo, alteração da parte da paisagem natural, geração de resíduos sólidos, geração de ruídos, emissão de particulados, principalmente redução da recarga de aquífero por conta da impermeabilização do solo ou retirada de sua cobertura e compactação. Com relação aos impactos potenciais, que são aqueles que podem ocorrer e que a gente pode adotar medidas para evitar que eles ocorram. Aparece os processos erosivos que a gente pode evitar quando eles já não existem, é ainda não existem. Contaminação do solo, geração de maus odores, poluição da água subterrânea, risco de acidente

durante as obras. Então, são todos esses. Aqui tem as medidas mitigadoras desses impactos, né, que são medidas que podem reduzir a ocorrência dos impactos efetivos e evitar os impactos que potenciais. Então, a gente divide essas medidas pela fase de planejamento, fase de instalação e de ocupação. Então, durante as obras, abastecer os veículos, fazer manutenção dos maquinários em local apropriado, com piso impermeabilizado, com sistema de drenagem de efluentes oleosos, destinar resíduos de construção civil de forma adequada, não realizar a queima desses resíduos, distribuir coletores de resíduos de forma adequada no canteiro, utilizar os equipamentos de proteção individual, realizar o acondicionamento adequado e de destinação dos resíduos, executar as obras do sistema de drenagem principalmente na época de seca para evitar maiores problemas, reduzir o limite de velocidade nas vias de circulação ao próximas à obra, promover a contenção e reparação do ambiente afetado caso ocorra algum derramamento de substâncias contaminantes, conter e recuperar processos erosivos que surgirem durante a obra. Bom, maximizar as áreas verdes para infiltração das águas fluviais, executar programa de gerenciamento de resíduos da construção civil, programa de educação ambiental para os trabalhadores também, adotar soluções provisórias no canteiro para destinação do esgotamento sanitário, para abastecimento de água, sistema de drenagem de águas pluviais, realizar o monitoramento ambiental durante as obras para atendimento das condicionantes da licença e das normas, legislação em geral aplicável, realizar compensação florestal e ambiental decorrentes da implantação do empreendimento. E na fase de ocupação promover a limpeza do sistema de drenagem, se não for doado para NOVACAP, realizar o plantio de cobertura vegetal nas áreas desocupadas. Bom, e aí a gente vem com a síntese dos programas ambientais que servem para monitorar de uma forma mais detalhada a questão dos impactos durante a obra de implantação do empreendimento. Então, tem o programa de monitoramento das ações de limpeza do terreno, remoção da vegetação de espécies da fauna e movimentação de solo, programa de monitoramento de efluentes de obras, programa de monitoramento de ruídos de obras, monitoramento de sinalização e controle de tráfego na obra, monitoramento de processos erosivos, realizar as ações necessárias e apontadas pela DIVAL que é a vigilância sanitária, que se pronuncia também dentro do processo de licenciamento, executar a educação ambiental, monitorar o gerenciamento de resíduos sólidos e de recursos hídricos subterrâneos. Bom, então com base em tudo isso que foi exposto a equipe técnica responsável pela elaboração do RIVI, ela apontou as considerações finais para chegar à conclusão ou não da viabilidade ambiental do empreendimento. Então, se observou que a área ela é privada, inscrita em matrícula específica. Quanto ao PDOT está nua na zona urbana de expansão e qualificação, que é uma zona propícia para esse tipo de ocupação. Área não apresenta restrições legais relacionadas a declividade igual ou maior que 30%. Não se aplicam restrições ambientais decorrentes de áreas de preservação permanente, APP, ou de canais de escoamento natural superficial de águas fluviais, que são as garotas secas. O estudo preliminar urbanístico ele já foi concebido atendendo às diretrizes da zona de uso sustentável da APA do

Planalto Central, especificamente quanto à impermeabilização máxima de 50%. Não foram verificadas características do ponto de vista geológico, pedológico, geomorfológico, hidrológico e de declividade que possam impedir a implantação, ocupação da área. Não existem restrições relacionadas ao meio biótico, relacionados à flora e a fauna. Existem condições técnicas de atendimento da população quanto a coleta de resíduos sólidos, distribuição, iluminação de energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem pluvial. Os impactos negativos eles podem ser mitigados conforme proposto nos itens 8 e 9 do RIVI, que são os itens referentes às medidas mitigadoras e compensatórias e aos programas de monitoramento ambiental. Dessa forma, a equipe técnica responsável pelo RIVI entende que o parcelamento ele é viável ambientalmente e dessa forma foi encaminhado a ao IBRAM para subsidiar a análise do requerimento de licença prévia do parcelamento. Bom, então essa foi a apresentação do estudo ambiental. Agradeço a todos e vou passar a palavra para Natalia.

Senhora Natália Almeida (63:58)

Bom, obrigada Paula pela apresentação. Bom, foi um tempo bastante esclarecedor para nós. Então, nós tivemos aqui todo o esclarecimento acerca do diagnóstico da área, o prognóstico, simulação dos impactos ambientais, as medidas de mitigação e a conclusão do estudo. Nesse momento, nós vamos iniciar aqui o intervalo da nossa audiência, nós temos 15 minutos. Leandro, só fala pra mim, que horas são agora exatamente? 20h04 minutos. Então, às 20h19 nós retornaremos aqui então para reunir eventuais contribuições, perguntas que cheguem através dos nossos canais que estão aqui na descrição do vídeo e logo mais retornamos, tá pessoal, obrigado e até logo.

(79:50)

Olá pessoal, retornando aqui do nosso intervalo, foram 15 minutos e nesse momento nós vamos passar a transmissão para o ponto de acesso presencial, fica localizado no Condomínio Del Rey. Lá nós temos a nossa equipe aqui do Brasília Ambiental, equipe técnica de Transmissão e aí eu vou passar para Natália que tem alguns participantes no local e eventualmente, se tiver alguma contribuição a ser feita, nós passaremos primeiramente para essa sala de transmissão. Então, os participantes poderão fazer, enfim, suas perguntas, suas contribuições eventuais e depois nós passamos para os demais canais de atendimento. Pode ser então. Natália, boa noite. A Natália é nossa assessora que está lá no nosso pronto aí. Natália, boa noite.

Senhora Natália dos Anjos (80:41)

Boa noite pessoal. Então estou aqui no ponto presencial. Eu estou com alguns moradores aqui que assistiram à apresentação, gostaram bastante da apresentação, inclusive a síndica do condomínio está aqui presente com a gente, achou apresentação muito didática. No momento eles não tem nenhuma dúvida, nenhuma contribuição, mas posteriormente já deixei claro para eles que se eles tiverem alguma contribuição, se tiverem alguma dúvida com relação ao estudo que foi apresentado na noite de hoje, eles podem nos procurar nos canais oficiais, que a gente irá também nos prontamente.

Senhora Natália Almeida (81:18)

Perfeito. Então, mais uma vez eu queria agradecer a participação pessoal, agradecer pelo apoio na concessão aí do espaço para realização desse ponto presencial em nome aqui do Brasília Ambiental, agradecer a participação também de cada um. E agora nós vamos já passar aqui para a questão das contribuições através dos nossos canais e até o momento nós não recebemos também através do WhatsApp, do nosso e-mail e também do canal do chat, no chat do YouTube também não verificamos nenhuma contribuição nesse sentido. É, eu vou aproveitar esse momento, então, para fazer alguns esclarecimentos adicionais em relação ao licenciamento ambiental de atividades de parcelamento do solo na região do Tororó, porque para muitos aqui devem acompanhar as audiências públicas e acompanharem nas nossas redes sociais sempre a realização dessas audiências, o calendário, nós temos um calendário anual, agora em 2024 bastante intenso, com muitas audiências, porque todos os processos de parcelamento de solo em alguma medida, precisam passar por essa etapa. E na região do Tororó, especificamente, nós temos uma vasta área de novos empreendimentos acontecendo. Então vocês vão ver aqui no nosso canal várias audiências em vários empreendimentos dessa região. Todos eles representam um processo de licenciamento distinto, um projeto distinto. Então, em que pese seja uma mesma área, cada gleba, cada fazenda, tem ali a sua peculiaridade, tem o seu detalhamento e nesses processos, cada um deles é feito um estudo específico. Então, hoje nós tivemos a apresentação do empreendimento e das outras, né, que já aconteceram. Todas elas são registradas e passam a fazer parte do nosso banco aí de informações, de estudos. Continuam disponíveis para consultas esses estudos, eles fazem parte da nossa biblioteca. E eles também servem como apoio um ao outro para, enfim, eventual contribuição e até a melhoria dessa informação. Então, só pra contextualizar, aqui nessa região específica do Tororó nós temos vários projetos. Esse ano nós ainda teremos algumas audiências até o final deste ano, muito provavelmente até o final do mês de novembro, nós teremos audiências agendadas. O mês de dezembro não costuma ser um mês que a gente faça audiências. Então nós estamos nos organizando, não é que para o calendário e até o final de novembro e ser retomado após as festividades e férias de verão. Então é esse o nosso...Foi a forma como nós tocamos essas

audiências ao longo do ano de 2024 que já está aí com já com algumas audiências já agendadas. Então, nós não temos também muita, muito mais audiências para acontecerem, já estão agendadas, mas certamente na região do Tororó temos aí algumas que venha acontecer e aí todas as semanas nós vamos lançando essas datas, vocês podem acompanhar nas redes sociais, podem acompanhar no nosso site. As publicações elas também precisam passar por publicações no Diário Oficial do Distrito Federal. Então, lá também é obrigatório essa etapa e esse rito de ser publicado no diário oficial. Então, portanto nós teremos ainda, até o final deste ano, mais audiência na região do Tororó. Então, só pra fazer esse esclarecimento breve queria passar para a Paula, para gente já encaminhar para as contribuições finais, já que a gente não tem nenhum questionamento da comunidade e aí novamente eu retorno aqui para o encerramento.

Senhora Paula Romão (85:00)

Bom, queria agradecer a todos que acompanharam a audiência. É importante, principalmente na região, a população próxima acompanhar como está se desenvolvendo a cidade. Então, esse tipo de audiência contribui bastante, além da audiência a gente costuma trabalhar com educação ambiental com a vizinhança, para poder tratar do empreendimento. Então, na próxima fase a gente vai entrar também nessa etapa aí de educação ambiental para a vizinhança. É bom, esse é isso. Fico à disposição de todos, quem quiser é contribuir em alguma coisa, como a Natália falou, ainda pode encaminhar depois, posteriormente, conforme os regramentos. E queria agradecer. Obrigada.

Senhora Natália Almeida (86:06)

Obrigada, Paula. Então pessoal, só pra finalizar e reforçar a questão dos nossos canais de comunicação, nós temos aí 10 dias para recebimento das manifestações de vocês. No e-mail que está aqui na descrição desse vídeo aqui da nossa Transmissão. Temos aí até 30 dias para a publicação da ata completa da nossa audiência. Ela vai fazer parte do processo de licenciamento ambiental, porém fica disponível para aqueles que quiserem acessar através de solicitação via ouvidoria e tudo mais. E só para finalizar e reforçar que essa etapa, que é uma etapa que não é decisiva, ela compõe a etapa de análise. Não há nenhuma decisão ainda tomada quando Brasília Ambiental em relação à viabilidade desse projeto que ainda está sendo estudado. Eventuais contribuições das senhoras e senhores que estão nos assistindo, são fundamentais para a gente cada vez mais agregar mais elementos na nossa análise, no nosso processo. Então, sintam-se aí muita vontade. É muito desejável e recomendado que vocês contribuam conosco, sobretudo em cada um dos projetos que a gente licencia aqui, né mesmo. Então, só mais uma vez agradecer, registrar essas informações, agradecer a todo o pessoal do Brasília Ambiental, toda equipe nossa, toda equipe

da técnica, a 2 Geo, todos os consultores e enfim, todos que participaram nessa noite é em nome do Brasília Ambiental, em nome do nosso presidente Roney Nemer, agradecer mais uma vez e eu nem me apresentei como esse a audiência, me apresentar o sou Natália Almeida, porque a Natália dos Anjos tá lá na Transmissão. E agradeço mais uma vez pessoal pela confiança, pela audiência. E um abraço a todos. Muito obrigada. Boa noite e até a próxima.